

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO - NOTURNO**

**ALUNA: ALANNY ROBERTA SANTOS MENEZES
ORIENTADOR: PROF. DR. LUCIANO FERREIRA CARVALHO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TEMA: O impacto da concessão de crédito bancário para o desenvolvimento regional na
microrregião de Uberlândia.**

**UBERLÂNDIA-MG
2022**

RESUMO

O desenvolvimento econômico corresponde a indicadores qualitativos e quantitativos que indicam o crescimento socioeconômico, envolvendo aspectos importantes para a sociedade. Por outro lado, esse desenvolvimento não ocorre de forma homogênea nas regiões, sofrendo influência de vários fatores, nos quais se incluem a disponibilidade de crédito e a grande influência da preferência pela liquidez na disponibilização de crédito pelos bancos. Neste contexto o trabalho tem como objetivo analisar o impacto da concessão de crédito bancário no desenvolvimento regional, partindo da hipótese que a disponibilidade de crédito impacta diretamente no desenvolvimento de cada região. Para verificar o impacto da concessão de crédito no desenvolvimento da Microrregião de Uberlândia no período de 2012 a 2018, é apresentada uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, que averigua as influências na disponibilidade do crédito e as diferenças no desenvolvimento regional. Para tanto, são apresentadas a regressão com dados em painel e tabela de variáveis. Os resultados apresentados confirmam que o desenvolvimento regional está diretamente relacionado com a disponibilidade de crédito, a qual tem uma relação inversa à preferência pela liquidez, índice que é impactado pelo desenvolvimento, distância do polo e montante de depósitos. Ademais constata-se que a elevada preferência pela liquidez dos bancos restringe o crédito no sistema bancário e bloqueia o desenvolvimento.

Palavras-chave: Crédito bancário. Desenvolvimento regional. Preferência pela Liquidez.

ABSTRACT

Economic development corresponds to qualitative and quantitative indicators that indicate socioeconomic growth, involving essential aspects of society. On the other hand, this development does not occur homogeneously in the regions, being influenced by several factors, including the availability of credit and the strong influence of liquidity preference in the availability of credit by banks. In this context, the work aims to analyze the impact that the granting of bank credit on regional development, based on the hypothesis that the availability of credit directly impacts the development of each region. To verify the impact of granting credit for the development of the Microregion of Uberlândia in the period from 2012 to 2018, descriptive research with a quantitative approach is presented, which investigates the influences on the availability of credit and the differences in regional development. For that, regression with panel data and a table of variables are presented. The results presented confirm that regional development is directly related to the availability of credit, which has an inverse relationship to liquidity preference, an index that is impacted by development, distance from the hub, and amount of deposits. Furthermore, it appears that the high liquidity preference of banks restricts credit in the banking system and blocks development.

Keywords: Bank credit. Regional development. Liquidity preference.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o impacto que a concessão de crédito bancário traz para o desenvolvimento regional partindo da hipótese que a disponibilidade de crédito influencia diretamente o desenvolvimento de cada região.

Carraro (2015), indica uma forte relação do desenvolvimento econômico com a disponibilidade do crédito. Em seus estudos, o autor constata que a ampliação do crédito, com aumento dos empréstimos bancários, potencializa o desenvolvimento econômico por estimular o crescimento de emprego e renda. Justamente por isso, a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento econômico são os objetivos buscados em todos os países (HERMANN, 2002).

Vale ressaltar que, diferente de crescimento econômico, o desenvolvimento não se relaciona somente com o incremento da economia em si, tampouco a aspectos puramente quantitativos, ele envolve aspectos socioeconômicos, indicadores qualiquantitativos que sugerem importantes melhorias no bem-estar social em razão dos incrementos na distribuição de renda (SILVA; NELSON; SILVA, 2018).

No contexto do desenvolvimento econômico a análise da concessão do crédito é importante pelo fato do acesso ao crédito subsidiar o aumento do consumo de bens duráveis pelas famílias e possibilitar maiores investimentos em educação e moradia. Por outro lado, considerando os impactos para as empresas, a concessão de crédito incentiva maiores investimentos, empreendimentos em grande escala, o que incrementa a economia de forma qualitativa e quantitativa (CARRARO, 2015).

Nesse sentido, a preferência pela liquidez também se destaca por exercer forte influência na concessão dos créditos e, com isso, limitar o crescimento de algumas regiões e municípios. A problemática se destaca pelo fato de, como indicado por Quaresma Junior, Alencar e Andrade (2019), os bancos trabalharem de forma especulativa e julgarem priorizarem a liquidez, confirmando caráter pró-cíclico em relação à expansão do crédito, o que implica no acompanhamento do movimento da atividade econômica, limitando o crescimento de regiões em que a atividade econômica não está em evolução.

Diante do exposto, o estudo visa responder ao seguinte questionamento: “Qual o impacto da concessão de crédito para o desenvolvimento da Microrregião de Uberlândia no período de 2012 a 2018?”. Com isso, tem-se como objetivo geral avaliar o impacto da concessão de crédito bancário, no período de 2012 a 2018, na microrregião de Uberlândia, comparando o desenvolvimento dos municípios que compõe a região,

Para responder a problemática proposta, são estabelecidos como objetivos específicos: compreender a importância da moeda e suas implicações na disponibilidade de crédito, entender a questão da preferência pela liquidez bancária, verificar os fatores que influenciam a disponibilidade de crédito, avaliando as diferenças de desenvolvimento entre os municípios que compõem a microrregião analisada.

A justificativa para a abordagem reside em compreender as implicações da correlação entre o desenvolvimento econômico e a concessão de crédito apresentada por diversos estudos como o de Rodrigues (2018), Silvério (2020), Gama e Batos (2017), Romero e Jayme Jr (2013), dentre outros. Além de contribuir com o aprofundamento das discussões na microrregião de Uberlândia, devido à ausência de estudos que analisam esses fatores na Microrregião de Uberlândia, uma importante região que está situada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

O estudo se divide em cinco seções, sendo esta introdução a primeira. Na sequência são apresentados os referenciais teóricos que dão suporte à pesquisa, abordando temáticas em torno da importância da moeda e seu papel na disponibilidade de crédito, a atividade bancária e as questões que envolvem a preferência pela liquidez e analisando o crédito no Brasil e a sua distribuição regional. A terceira seção explora a metodologia da pesquisa realizada e na sequência, a quarta seção, apresenta os resultados obtidos com os testes e regressões, bem como o alinhamento com outras pesquisas anteriormente publicadas. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Papel da moeda na disponibilidade regional de crédito

França (2017) em seus estudos aponta que há duas linhas que discorrem sobre o papel da moeda na economia e no desenvolvimento, a primeira é a teoria neoclássica e a segunda baseia-se nas teorias Novo-Keynesiana e teoria Pós-Keynesiana.

2.1.1 Neoclássicos

Na teoria neoclássica, os estudiosos consideram que a moeda é neutra, ou seja, não apresenta impactos sobre o meio econômico, segundo Carvalho (2014), essa teoria parte do pressuposto que a moeda e seus efeitos são apenas resultados de variáveis reais.

Dessa mesma forma, os bancos são considerados apenas como intermediários financeiros, e não como, fomentadores de desenvolvimento, uma vez que, a poupança antecede o investimento e, conseqüentemente, o sistema bancário tem o único papel de alocar as poupanças existentes entre projetos alternativos. Romero (2006), afirma que, ao considerar a moeda neutra, o *mainstream* em economia assume também que a renda e o emprego são determinados apenas por variáveis reais.

Nesse contexto, não havendo falhas de mercado, tais como informação assimétrica ou imperfeita, barreiras à atuação; o sistema bancário seria responsável somente pela alocação do crédito nacional entre as diferentes regiões e não seria capaz de alterar a dinâmica das variáveis reais.

2.1.2 Novos-Keynesianos

A visão Novo-Keynesiana defende que a moeda possui um papel no desenvolvimento econômico e tem como uma das suas principais características o pressuposto das falhas do mercado, em que este não tende necessariamente ao equilíbrio de curto prazo. Nessa teoria ocorre o racionamento de crédito, em que os tomadores estão dispostos a pagar juros para obter crédito, mas os bancos não cedem, em função da assimetria de informação, na qual, os tomadores possuem mais informações a respeito da sua capacidade de pagamento do que os bancos.

Carvalho (2014) afirma que, diante desse cenário, os emprestadores exigem uma taxa de juros média que reflita a qualidade média dos tomadores, porém essa taxa é alta para os tomadores de alta capacidade de pagamento e baixa para os tomadores de baixa capacidade; provocando assim uma alocação ineficiente de recursos. Sendo assim, percebe-se que a informação assimétrica define o mercado como imperfeito e os resultados obtidos, em termos de preços e quantidades, como não ótimos.

Além disso, Crocco et all (2011), pontua que a assimetria de informação pode provocar má alocação dos recursos financeiros, restrição regional de crédito e baixa mobilidade de recursos financeiros inter regiões. Com isso, a teoria Novo-Keynesiana atribui as diferenças regionais de distribuição de crédito ao problema da assimetria de informação e aos custos das transações.

2.1.3 Pós – Keynesianos

De acordo com Dow (1993), a teoria monetária Pós-Keynesiana considera a moeda como parte integrante do processo econômico e, desta forma, não pode ser feita uma clara distinção entre o lado monetário e o real da economia. Para os autores Pós-Keynesianos, as agentes econômicos tomam decisões em ambientes de incerteza, como consequência, as decisões de investimentos são afetadas pelas expectativas futuras, repercutindo assim, sobre a retenção da moeda.

Baseado nesse pensamento, percebe-se que em momentos de pessimismo na economia, os investidores preferem a liquidez da moeda, demonstrando a não neutralidade da mesma. Carvalho (2014), afirma que há duas propriedades que garantem liquidez total a moeda, a primeira é que a oferta da moeda não cresce facilmente a medida que a demanda por moeda aumenta e a segunda, é que a elasticidade de substituição é zero, ou seja, a moeda não pode ser substituída por outro ativo.

A moeda é relacionada ao crédito e à demanda, e participa do sistema econômico por duas vias: através de uma mudança de portfólio, iniciado por autoridades monetárias através de operações fiscais e de mercado aberto; e através de um processo de geração de renda (CAVALCANTE; CROCCO; JÚNIOR, 2004). Essa interdependência entre oferta e demanda de crédito é um dos pontos cruciais na teoria Pós-Keynesiana, visto que a oferta de crédito se baseia tanto na preferência pela liquidez quanto no estágio de desenvolvimento bancário. Analisando o ponto de vista das instituições bancárias, nota-se que a preferência pela liquidez afeta negativamente sua disposição de crédito em regiões com baixas expectativas; e ao observamos o lado da demanda por crédito, a preferência pela liquidez do povo afetará as restrições de portfólio.

Diante disso, como destaca Amado (2006), vemos que o comportamento do sistema financeiro, em países marcados por grandes diferenças inter-regionais, é importante para compreender as trajetórias diferenciadas de crescimento regional.

2.2 Atividade bancária

Os bancos, na visão neoclássica, são instituições financeiras responsáveis por intermediar transações de recursos entre agentes superavitários e deficitários, sendo a moeda o meio de troca. Nessa perspectiva, os bancos objetivam otimizar seus balanços, buscando atender às demandas dos tomadores e emprestadores de recursos considerando diversas

variáveis, como custos operacionais, custos do passivo e retornos do ativo, e os riscos e crises de liquidez.

Deste modo, os bancos são firmas maximizadoras de lucro, neutras ao risco na transferência de recursos reais na economia, portanto, eles não criam poder de compra novo e conseqüentemente, pouco afetam a determinação das condições de financiamento. De acordo com Dymski (1988), nessa teoria, o setor bancário não é determinante para a atividade econômica, visto que ele apenas se ajusta passivamente a condições estruturais, enquanto as condições do mercado financeiro determinam o tamanho do setor bancário e a demanda por empréstimos determina o volume de crédito.

Em contrapartida, na visão Pós-Keynesiana, as instituições bancárias têm a capacidade de estabelecer condições de financiamento da economia e de determinar o nível de atividade econômica. Nesse sentido, vemos que os bancos atuam ativamente, ajustando seus ativos e passivos, de forma a obter lucro na forma monetária, desenvolvendo assim, um papel central nas economias modernas, influenciando o nível de gastos dos agentes e afetando variáveis reais, como produto e emprego. De acordo com Minsky (1986), os lucros dos bancos são derivados das taxas para aceitação de dívidas, fundos consignados e serviços diversos; tais como o spread entre as taxas de juros cobradas e as taxas que são pagas para obter esses fundos.

Na teoria Pós-Keynesiana há três tipos de passivos, o depósito à vista e depósito à prazo que correspondem a fundos de terceiros, e o capital próprio que é a diferença entre o ativo total e os fundos tomados emprestados. E, os ativos geradores de riqueza para os bancos também são separados em três grupos distintos, que serão discutidos em momento oportuno nesse trabalho.

Com isso, compreende-se que o enfoque Pós-Keynesiano considera que as instituições bancárias gerenciam seus passivos a fim de aumentar sua lucratividade em um mundo incerto.

2.2.1 Preferência pela Liquidez

Na teoria geral, Keynes (1973), formulou a Teoria da Preferência pela Liquidez, a qual define as taxas de juros como uma recompensa aos agentes superavitários por abrir mão de liquidez, podendo ser considerada como um parâmetro para os agentes que possuem moeda e desejam abrir mão do controle desse ativo. Nesse modelo criado pelo autor havia somente duas classes de ativos, as moedas e os títulos, sendo o primeiro uma forma de riqueza e as taxas de juros, o preço que auxilia na escolha entre a forma líquida e ilíquida de riqueza.

De acordo com a economia monetária de produção, a moeda não é neutra e não pode ser vista apenas como um meio de troca, a moeda deve ser compreendida como uma reserva de

valor, pelo seu atributo de transportar riqueza ao longo do tempo. Portanto, a moeda se torna uma alternativa aos investidores nos momentos de incerteza sobre o futuro, visto que esses agentes podem preferir a flexibilidade e a segurança oferecida pelos ativos líquidos ao invés dos ativos de maior risco.

Desse modo, a teoria de preferência pela liquidez se ampliou para a teoria de precificação de ativos, baseada em uma estrutura mais diversificada de ativos. “A análise da precificação de ativos parte do mesmo princípio geral da preferência pela liquidez de que diferentes graus de liquidez devem ser compensados por retornos pecuniários que definem a taxa de retorno obtida pela posse dos diferentes ativos, de modo a compensar sua relativa iliquidez”, (CARVALHO, 2006, p.55). Resumindo, essa teoria tem como objetivo precificar os ativos, considerando que há vários ativos com diferentes graus de liquidez e que cada classe de ativo existente possui sua própria taxa de juros, definida por:

$$R_a = a + q - c + l$$

Sendo:

a = valor de mercado

q = rendimento do ativo

c = custo de manutenção

l = prêmio pela liquidez

Partindo dessa perspectiva, segundo De Paula (2006), a abordagem da preferência pela liquidez é refletida em termos de trade-off entre os retornos (a, q, c) e o prêmio pela liquidez da moeda (l), alterando assim, a estrutura da demanda por ativos. Essas demandas se distinguem de acordo com as combinações de retornos monetários e com os prêmios de liquidez oferecidos pelos ativos, sendo a liquidez valorizada quando a incerteza aumenta.

2.2.2 Preferência pela Liquidez das instituições bancárias

Nesse mesmo contexto, ao analisarmos as empresas na economia monetária vemos que o principal objetivo é produzir lucros monetários, aumentando, assim, a possibilidade de crescimento; para alcançar esse objetivo, em um economia dominada pela Preferência pela Liquidez, as empresas precisam flexibilizar os ativos do seus portfólios. Nas instituições

bancárias, assim como com todos os agentes econômicos, não é diferente, elas também possui preferência pela liquidez, buscando sempre maximizar seus lucros.

A teoria pela liquidez dos bancos afirma que a preferência pela liquidez se relaciona com uma cesta de ativos e com os diferentes graus de liquidez, tais ativos podem ser distinguidos em três categorias: letras de câmbio e *call loans*, também conhecidos como empréstimos de curtíssimo prazo no mercado monetário; investimentos e adiantamentos para clientes. O primeiro, são aplicações com alta liquidez, porém menos lucrativas; o segundo, são ativos com baixa rentabilidade e grau médio de liquidez; e por fim os adiantamentos para clientes, que são os mais rentáveis e com menor liquidez.

Portfólio de Aplicações, segundo Keynes (1971)

Ativo	Rentabilidade	Grau de liquidez
Letras de câmbio e <i>call loans</i>	Pequena	Alto
Investimentos	Média	Médio
Adiantamentos	Alto	Baixo

Fonte: Paula, 2006

Baseado na teoria Pós-Keynesiana, os bancos são firmas cuja a principal atividade é a especulação, portanto suas carteiras de ativos refletem o grau de preferência de liquidez. Nas situações em que as expectativas forem otimistas, os bancos privilegiarão rentabilidade à liquidez, aumentando os prazos e os riscos e diminuindo a margem de segurança nas suas operações, como resultado, haverá crescimento da participação dos adiantamentos e empréstimos de longo termo. Em contrapartida, em situações, nas quais as expectativas são pessimistas, as instituições bancárias demonstram suas preferências por liquidez, reduzindo a oferta de crédito e o prazo médio de seus ativos, privilegiando as aplicações em ativos mais líquidos e com um menor risco.

Com isso, observamos que há um trade-off entre a rentabilidade e a liquidez nas estratégias bancárias, visto que em situações com boas expectativas, os bancos buscam privilegiar a rentabilidade em troca de maior liquidez; e em situações com baixa expectativa, o inverso ocorrerá. Deste modo, para Carvalho (1999), em dado estado de expectativa, a preferência pela liquidez dos bancos determinará o lucro desejado dos ativos que eles compram e seus preços, ou seja, a taxa de retorno de cada tipo de ativo deve compensar seu desejo por iliquidez.

Logo, os bancos com preferência pela liquidez poderão não acomodar passivamente a demanda por crédito, visto que buscarão comparar os retornos esperados com os prêmios de

liquidez de todos os ativos que podem ser comprados; com isso, a disponibilidade de crédito poderá diminuir e o racionamento de crédito poderá acontecer, independentemente dos retornos esperados sobre os projetos de investimento.

2.3 Análise de crédito no Brasil

De acordo com Romero (2006), mesmo com as diversas reformas e reestruturações, o Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) se mostra incapaz de impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Sendo assim, ainda segundo o autor, o que torna o sistema financeiro indispensável na propulsão do desenvolvimento é a atividade de intermediação e criação de crédito. Sabe-se que o desenvolvimento e crescimento de determinada região é influenciado por diversos fatores sociais, políticos, culturais, históricos, e especialmente a disponibilidade dos recursos, ou seja, o crédito disponibilizado pelos bancos via financiamento, investimentos e também pelas ofertas da linha de crédito; esse fator é primordial dada a não neutralidade da moeda proposta pelos Pós-Keynesianos.

No desenvolvimento econômico, o crédito impacta na acumulação de capital, na distribuição de renda e também na formação de expectativa, definida por Keynes (1983), como *animal spirits*, e refere-se à disposição dos agentes em enfrentar a incerteza, sendo que quando a disposição é fraca, há a tendência de adiar os investimentos e quando a disposição é forte, os agentes estão mais propensos a comprometer seus recursos.

Bresser-Pereira (2005) e Carvalho (2005), destacaram que no Brasil, o crédito encontra-se em patamares menores do que os observados nos países desenvolvidos devido à manutenção de uma taxa de juros real extremamente elevada. A elevada taxa de juros desestimula a liberação de crédito e encarece o crédito, em contrapartida, a redução, motiva os bancos a estimularem o montante de crédito para manter os índices de lucratividade. Paula (2006), pontua que mesmo com o baixo volume de crédito apresentado pelo Brasil, os bancos puderam obter alta rentabilidade por meio das operações de crédito de maturidade curta e demonstrando suas preferências pela liquidez.

Em situações como essas, em um cenário de expectativas pessimistas sobre a economia, as instituições bancárias privilegiam a liquidez em detrimento a rentabilidade, e assim, as possibilidades de crescimento e expansão da economia tornam-se limitadas pela restrição de financiamento.

2.3.1 Distribuição regional de créditos no Brasil

De acordo com Romero e Jayme Jr. (2013), mercados com bases monetárias iguais, mas com expectativas mais otimistas dos agentes sobre os preços de ativos, acabariam por gerar multiplicadores monetários elevados, tornando assim, esses mercados mais líquidos, com um elevado grau de desenvolvimento financeiro e melhores resultados comerciais. Por isso, se faz necessário estudar e analisar as relações e as interações entre as regiões mais e menos desenvolvidas, essas denominadas, como centro e periferia, sucessivamente.

As regiões centrais são caracterizadas como um local próspero, com mercados dinâmicos e organizados, historicamente dominado pela indústria, pelo comércio, além de centro financeiro; e a periferia é uma região estagnada, com mercados frágeis, um sistema financeiro menos sofisticado, onde as atividades econômicas são voltadas para atividades relacionadas ao setor primário e/ou de manufaturas pouco tecnológica e a dinâmica econômica é centrada na exportação para o centro. Como resultado dessas características, pode-se observar que a preferência pela liquidez é maior nas regiões periféricas, devido a maior incerteza do público quanto à obtenção de renda; a liquidez dos ativos e o multiplicador bancário, a longo prazo, serão maiores na região central.

Compreende-se que regiões com elevada preferência pela liquidez e baixo acesso bancário tendem a sofrer com restrições de créditos, por parte das instituições bancárias, dificultando, assim, seu desenvolvimento. Diante disso, nota-se a importância dos bancos no sistema econômico como agentes ativos, forçando o uso de recursos para a compra de bens de capital e contribuindo para o desenvolvimento da economia regional.

Os bancos, assim como todos os agentes envolvidos no processo econômico, estão sujeitos à incerteza e tendem, ao verificar uma situação de estagnação econômica em determinada região, a comprimir a oferta de crédito para esta, deslocando recursos para regiões mais centrais que oferecem riscos menores e maior diversificação de oportunidades de investimento (CROCCO, CAVALCANTE e CASTRO, 2005; AMADO, 2006).

Segundo Perroux (1977), o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte, ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, definidos como aglomerações ao redor de importantes centros onde encontram-se uma nova indústria ou indústrias movidas; esses pólos de crescimento possuem intensidades variáveis e incidem, ao final, sobre a economia de forma geral.

Além disso, Myrdal (1972), no processo de Causação Circular Cumulativa, caracterizou o sistema econômico como instável e desequilibrado, no qual, por meio das forças de mercado,

opera no sentido de aumentar as desigualdades regionais. Seguindo a teoria do autor, há os efeitos regressivos (negativos) e os efeitos propulsores (positivos); os primeiros derivam da troca desigual entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, nesse processo a população mais qualificada migra para as regiões desenvolvidas e há também, a emigração do capital, em busca de taxas de retorno mais elevada. E os efeitos propulsores originam-se de um impulso do centro dinâmico para outras localidades, estes, proporcionam redução do desemprego, transferência do progresso tecnológico e aumento das transações comerciais na região; com isso, desenvolve-se um círculo vicioso que se transforma em causação circular.

Diante disso, Carvalho (2014) afirma que os efeitos regressivos e propulsores podem alterar as condições econômicas gerais de um país a longo prazo.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Gil (2017) afirma que uma pesquisa se propõe a alcançar objetivos pré-determinados, e a metodologia concentra os critérios, as técnicas e os procedimentos que subsidiam que tais objetivos sejam alcançados. Desta forma, é preciso definir o tipo de pesquisa, a técnica de coleta e análise de dados. Sabendo que uma pesquisa pode ser exploratória, explicativa ou descritiva, segundo os conceitos citados por Gil (2017), este artigo é uma pesquisa descritiva, pois objetiva averiguar aspectos do sistema financeiro a respeito das questões em torno da concessão de crédito, afim de descrever as possíveis relações entre o desenvolvimento regional a disponibilização de crédito pelos bancos.

Além disso, também é importante definir o tipo de abordagem da pesquisa, distinguidas em pesquisas qualitativa e quantitativa. A primeira tem um enfoque mais subjetivo, com foco na essência e natureza e análise indutiva. E a segunda, a abordagem quantitativa, verifica os dados estatísticos, por meio de uma análise dedutiva, que interpreta de forma objetiva as informações coletadas, especialmente numéricas, (GIL, 2017; PRODAVOV; FREITAS, 2013). Diante disso, as características do estudo, implicam na abordagem quantitativa, considerando que serão apresentados e discutidas a regressão com dados em painel e tabela de variáveis.

3.1 Coleta de dados

Para coleta de dados foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica, que como estabelecido por Prodanov e Freitas (2013) servirá de alicerce para compreender o estado atual da problemática, averiguar os trabalhos semelhantes e quais os seus resultados, consolidando

um modelo inicial de referência, importante subsídio para toda a pesquisa. Nesse sentido, serão consultados artigos, teses, dissertações e livros com abordagens que relacionem operações de crédito com desenvolvimento regional.

Considerando os dados necessários para as regressões, sob a qual serão realizadas as análises que concentram o objetivo deste estudo, a coleta dos dados referentes aos municípios, agências bancárias e suas operações de crédito, será realizada, sobretudo, na plataforma Estatística Bancária – ESTBAN, disponibilizada pelo Banco Central em seu website.

As pesquisas na plataforma ESTBAN tem foco nos verbetes referentes às operações de crédito (verbetes 160), depósitos à vista (verbetes 401+402+403+404) e depósitos a prazo (verbetes 432), por serem elementos essenciais para verificação da preferência pela liquidez dos bancos (PLB), definida pelo método proposto por Crocco (2005). No qual, o quociente é obtido pelo dividendo (depósitos à vista) e divisor (operações de crédito), como apresentado na seguinte equação:

$$PLB = \frac{\textit{Depósitos a vista}}{\textit{Operações de crédito}}$$

Segundo Rodrigues (2018), as variáveis empregadas no modelo são:

- Ln_Crédito: Variável dependente do modelo na forma logarítmica. Compreende o montante de crédito concedido pelo banco naquela cidade.
- Ln_PIB: Variável independente do modelo na forma logarítmica. Espera-se uma relação positiva entre esta variável e a dependente.
- Ln_Pop: Variável independente do modelo na forma logarítmica. Também espera-se uma relação positiva entre esta variável e a variável dependente.
- Ln_DP: Variável independente do modelo na forma logarítmica. Compreende os depósitos a prazo do banco.
- PLB: Variável independente do modelo. Refere-se a Preferência pela Liquidez dos Bancos.
- DIST: Distância do Município para a cidade polo da microrregião.
- NAG: Número de agências bancárias no município.

Ressalta-se ainda que o período das buscas será limitado ao mês de dezembro dos anos 2012, 2015, 2018. A opção por apenas um mês de cada ano, justifica-se pela pouca variação de

um mês para outro. O encerramento em 2018 deve-se ao fato de ser o último ano em que dados do PIB, de todos os municípios enquadrados nos critérios desta pesquisa, estão disponíveis.

Além disso, os dados referentes a população estimada, desenvolvimento regional e PIB, serão coletados junto a plataforma de apresentação de dados das cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Por fim, o Google Maps será fonte para definição da distância das cidades ao polo da microrregião.

3.2 Amostra - Microrregião de Uberlândia

A amostra desta pesquisa é constituída pelos municípios pertencentes a microrregião de Uberlândia, no estado de Minas Gerais. Inicialmente, é necessário entender que o estado de Minas Gerais se divide, geograficamente, em doze mesorregiões, subdivisão dos Estados Brasileiros que reúne vários municípios de uma área geográfica com semelhanças econômicas e sociais, as quais são apresentadas no mapa a seguir:

Figura 1 – Mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: Guia Gerais, 2022

Observa-se que o Estado de Minas Gerais se subdivide em mesorregiões, e cada uma dessas mesorregiões são formada pelo agrupamento de microrregiões, que somam o total de 66 (sessenta e seis). Para esse estudo destaca-se a mesorregião do Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba, com uma população estimada em quase 2,3 milhões de habitantes, referente as microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Araxá e Uberaba, que juntas agregam 66 (sessenta e seis) municípios.

Dessa forma, a microrregião Uberlândia, escopo desta pesquisa, componente da Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é formada por dez municípios: Araguari, Araporã, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata,

Tupaciguara e Uberlândia, sendo Uberlândia a cidade polo. Conforme verifica-se no quadro a seguir:

Quadro 1 – Microrregião Uberlândia

CIDADES	População Estimada [2021]	PIB (Unidade: R\$ x1000) [2018]	Distância do polo (Uberlândia)
ARAGUARI	118.361	4.660.911,28	37,7 KM
ARAPORA	6.992	1.286.021,27	126,5 KM
CANAPOLIS	12.251	344.533,57	120,5 KM
CASCALHO RICO	3.108	51.197,82	79,7 KM
CENTRALINA	10.343	251.300,17	127,4 km
INDIANOPOLIS	7.009	430.693,98	62,1 KM
MONTE ALEGRE DE MINAS	21.349	529.809,30	68,7 KM
PRATA	28.173	975.612,65	84,4 KM
TUPACIGUARA	25.466	650.941,99	69,5 KM
UBERLANDIA	706.597	37.442.790,98	-

Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro acima são condensadas as informações relacionadas a população estimada e PIB de cada um dos municípios que compõe a Microrregião Uberlândia, conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de recursos disponibilizados na plataforma Google Maps, também foi possível delimitar a distância dos municípios até a cidade polo. Esses dados são relevantes para os levantamentos que serão realizados, uma vez que, como já demonstrado no levantamento bibliográfico, o crédito no Brasil é distribuído de forma regionalizada e afeta as desigualdades entre os municípios.

Por fim, a partir de dados do Banco Central, no período em que esse estudo se concentra, verificou-se a existência de agências bancárias em todos os municípios da microrregião. Sendo o maior número de agências pertencentes a cidade polo, com 70 agências bancárias, enquanto as cidades de Araporã, Canapópolis e Indianópolis, em 2018 possuíam apenas uma agência cada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico são apresentados os resultados dos testes econométricos bem como estatísticas descritivas e discussão dos resultados. A seguir na tabela 1, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis do modelo, com intuito de entender os dados utilizados na pesquisa.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Variáveis	Nº de Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Op. Crédito	27	1.400.000.000,00	3.490.000.000,00	2.630.987,00	12.900.000.000,00
PLB	27	0,102362	0,1729035	0,0129999	0,7282472
Dist.	27	77,42222	41,26340	0	127,4
PIB – PC	27	51.456,98	53.239,72	13.938,76	204.743,10
Depósito a prazo	27	348.000.000,00	937.000.000,00	366.343,00	3.650.000.000,00

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Na tabela acima foram evidenciadas as estatísticas descritivas, média, desvio padrão, mínimo e máximo, das variáveis que compõem o estudo. Observando as operações bancárias, nota-se um desvio padrão elevado nas operações de crédito e no montante de depósitos a prazo, o que caracteriza as diferenças entre os municípios que compõe a Microrregião de Uberlândia.

Sabendo que o desenvolvimento reduz a preferência pela liquidez, Romero e Jayme Jr (2013), Carraro (2015) e Gama e Batos (2017) destacam que a concessão de crédito influencia diretamente no crescimento econômico. Por isso, em regiões mais desenvolvidas o montante das operações de crédito é maior, ressaltando as discrepâncias entre os municípios que compõem a microrregião em análise, o que poderá ser melhor analisado a partir da regressão em painel apresentada na tabela 2.

É importante destacar que, inicialmente a regressão foi estimada incluindo a variável população. Porém o modelo apresentou problema de multicolinearidade e a variável foi excluída do modelo. A partir da definição do modelo final, foram feitos testes de heterocedasticidade, autocorrelação e multicolinearidade e os problemas foram descartados. As variáveis explicativas “depósito a prazo” e “PIB per capita”, bem como a variável dependente, foram estimadas na forma logarítmica para que os valores fossem apresentados em termos percentuais.

Tabela 2 – Resultados da regressão em relação à variável dependente

Variável	Coef.	Desvio Padrão	t	P-value	[95% Conf. Interval]	
ln_aprazo	0,03678354	0,112207	3,28	0,001	0,1479137	0,5877571
PLB	-1,94482800	0,719242	-2,7	0,007	-3,354517	-0,535138
Dist.	-0,0258156	0,006833	-3,78	0,0000	-0,0392087	-0,012422
Ln_PIB	-0,2529309	0,238384	-1,06	0,289	-0,7201552	0,2142933
Cons.	17,51772	3,694415	4,74	0,0000	10,2768	24,75864
Prob > chi2	=	0.0000				
R2		within = 0.1102				
		between = 0.9532				
		overall = 0.9358				

Notas: (i) Variável dependente: *ln-opcredito*; (ii) Modelo estimado: *Efeitos aleatórios*

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Os resultados apresentados na tabela 2 indicam que apenas a variável PIB não apresentou significância, porém é válido destacar que os levantamentos realizados por Silvério (2020) mencionam as divergências entre os estudos que tal variável é significativa, alguns apontando a relação positiva, e outros negativa, em relação a concessão de crédito.

Todas as outras variáveis foram significantes ao nível de 1%. No que se refere ao depósito a prazo os resultados indicam que o aumento de 1% nos depósitos eleva as operações de crédito em 0,036%. Por outro lado, o PLB apresentou uma relação inversa com a variável dependente, indicando que o aumento de 1 ponto na Preferência pela Liquidez Bancária reduz as operações de crédito em 1,94%. A distância também apresentou uma relação negativa com a variável dependente. O coeficiente de distância indica que o aumento de 1 quilômetro de distância da cidade em relação ao POLO (Uberlândia) reduz as operações de crédito em 0,025%.

Os estudos de Carraro (2015), Romero e Jayme (2013), Rodrigues (2018) e Gama e Bastos (2017) relacionados com as variáveis que interferem na concessão do crédito apontam uma inter-relação de todas elas com a preferência pela liquidez, o que atinge diretamente à concessão do crédito, pois a elevação daquela preferência indica a baixa disposição dos bancos para oferta de crédito. Observando o aspecto que envolve a preferência pela liquidez, os resultados das regressões realizadas indicam que a preferência pela liquidez reduz a concessão do crédito, de forma equivalente aos resultados apresentados por Rodrigues (2018) e Silvério (2020), os quais indicam a correlação positiva dos depósitos à prazo com o crédito concedido, e a negativa das demais variáveis.

Diante disso pode-se afirmar que qualquer variável que interfere na preferência pela liquidez, também interferirá na concessão do crédito. De acordo com Romero e Jayme Jr. (2013), os depósitos à vista aumentam a preferência pela liquidez, e os depósitos a prazo diminuem tal índice e, conseqüentemente, eleva a disponibilidade do crédito. O que confirma os resultados da regressão apresentados da Tabela 2, que mostra a potencialização da oferta de crédito quanto os depósitos a prazo aumentam.

No mesmo contexto se insere a correção negativa entre a distância do polo e a oferta de crédito, semelhante ao apresentado por Silvério (2018, p.15) que, ao avaliar a disposição do crédito na microrregião de Sobral-CE, concluiu que “a distância do município ao polo da microrregião também interfere na decisão de concessão de crédito, sendo maior a disponibilidade de crédito para as cidades mais próximas do polo”.

Gama e Bastos (2017) destacam que “incerteza é crucial para determinar a preferência pela liquidez dos agentes e assim determinar a oferta de crédito nas regiões”. Nesse sentido, os

índices apresentados por Romero e Jayme Jr. (2013) demonstram que, em razão da minimização das incertezas econômicas, quanto mais desenvolvida é a região, menor será a preferência pela liquidez, o que também sustenta os resultados referentes à distância do polo apresentados neste estudo.

Sendo o polo mais desenvolvido, as regiões mais próximas de Uberlândia são mais beneficiadas do que as mais distantes, portanto a preferência pela liquidez é maximizada nas regiões mais afastadas, o que reduz a disponibilidade de crédito. Esse mesmo resultado é demonstrado por Romero (2007), que identifica a econômica nacional numa dinâmica centro-periférica, para justificar a maior disponibilidade do crédito nas regiões mais desenvolvidas, que com maior disponibilidade de ativos de longo prazo, são menos propensas a riscos por parte dos tomadores de empréstimos.

Gama e Bastos (2017) afirmam também que, há uma divisão das regiões em central e periféricas, sendo a primeira mais prósperas e desenvolvidas e a segunda mais instáveis, devido à pouca diversidade produtiva e por não deterem reserva de mercado, aspectos que bloqueiam investimentos e disponibilidade de crédito pelos bancos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a relação entre o desenvolvimento regional e a concessão de crédito na microrregião de Uberlândia - MG, composta por dez municípios com diferentes características relacionadas a população e ao PIB. A cidade polo, Uberlândia, destaca-se das demais, pois possui uma população e PIB consideravelmente superior ao dos demais municípios.

A partir dos resultados apresentados conclui-se que o desenvolvimento regional está diretamente relacionado com a disponibilidade de crédito, a qual tem uma relação inversa à preferência pela liquidez, índice que é impactado pelo desenvolvimento, distância do polo e montante de depósitos.

A elevada preferência pela liquidez dos bancos restringe o crédito no sistema bancário e bloqueia o desenvolvimento. O resultado da regressão, seguindo o resultado de diversos outros estudos, demonstra que a distância da cidade polo influencia na disponibilidade do crédito, sendo que quando mais distante menor o crédito disponibilizado. Ao contrário do montante de depósitos a prazo, que minimizam a preferência pela liquidez, e com isso amplia a disponibilidade de crédito.

Analisando as estatísticas apresentadas e comparando com outros estudos, nota-se que o desenvolvimento regional é afetado pela disponibilidade de crédito em razão de suas implicações no índice de preferência pela liquidez. Desta forma, as regiões mais desenvolvidas são aquelas que recebem mais crédito e condições para continuar se desenvolvendo, enquanto as menos desenvolvidas têm o desenvolvimento bloqueado pela limitada oferta de crédito. Um ciclo vicioso que somente se romperá com uma política econômica que interceda pelas regiões mais desfavorecidas.

Como limitador do estudo, cita-se o aspecto temporal, pois a falta de dados do PIB mais recentes, impediu a análise de ser realizada após 2018. Desta forma, sugere-se o desenvolvimento de novos estudos quando houver atualizações dos índices estatísticos de todos os municípios de modo a aprofundar as discussões que relacionem que concessão e crédito e o PIB, tendo em vista que, embora neste trabalho a variável não tenha sido significativa, outros estudos divergem entre sua relação positiva ou negativa.

6 REFERÊNCIAS

AMADO, A. M. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: CROCCO, M.; JAYME JUNIOR, F. G. **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Proposta de desenvolvimento para o Brasil. In: SICSÚ, J. (Org.); PAULA, L. F. (Org.); MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto de desenvolvimento com equidade social**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 133-144.

CARRARO, W. B. W. H. Preferência pela liquidez e sistema financeiro no Brasil: um estudo para o período entre 2005 e 2011. **A Economia em Revista**, v. 23, n. 2, julho de 2015.

CARVALHO, D. F. **Serviço financeiro: bancos e microcrédito**. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, Estudos Diagnósticos Setoriais (PDSA) 2005-2008. Belém: Agência de Desenvolvimento da Amazônia/Universidade Federal do Pará/Organização dos Estados Americanos, 2006 (Projeto BRA/OEA/04/001/PRODESAM).

CARVALHO, F. C. On bank's liquidity preference. In: DAVIDSON, P.; KREGEL, J. (ed.). **Full employment and price stability in a global economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

CARVALHO, Fernando J. O sistema financeiro brasileiro: a modernização necessária. In: SICSÚ, J. (Org.); PAULA, L. F. (Org.); MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto de desenvolvimento com equidade social**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. P. 329-46.

CARVALHO, L. F. Papel financeiro no desenvolvimento regional. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XVI, n. 30, dez, Salvador, 2014.

CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JAYME JUNIOR, F.G. Preferência Pela Liquidez, Sistema Bancário e Disponibilidade de Crédito Regional. **Texto para Discussão**, n.237. Belo Horizonte. UFMG/Cedeplar, 2004.

CROCCO, M. A.; CAVALCANTE, A. T.; CASTRO, C. The behavior of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brasil. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v. 28, n. 2, p. 217-240, 2005.

CROCCO, M.; NOGUEIRA, M.; ANDRADE, C. M. de; DINIZ, G. F. C. O Estudo do Gap Regional de Crédito e seus Determinantes, sob uma ótica Pós-Keynesiana. **Revista Economia**, v. 12, n. 2, p. 281-307, 2011.

DE PAULA, L. F. Bancos e crédito: a abordagem Pós-Keynesiana de preferência pela liquidez. **Revista de Economia**, v. 32, n. 2, p. 81-93, 2006.

DOW, S. C. **Money and the Economic Process**. Aldershot: Elgar, 1993.

DYMSKI, G. A Keynesian theory of banking behavior. **Journal of Post Keynesian Economics**, Armonk , v. 10, n. 4, p 499-526, summer. 1988.

FRANÇA, A. L. C. **Disponibilidade de crédito e desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado) em Administração da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

GAMA, F.; BASTOS, S. Q. de A. Concentração do crédito e Desenvolvimento regional: a experiência do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Econômica** – Niterói, v.19, n.1, p. 35-76, junho 2017.

HERMANN, J. Sistematização do debate sobre “Desenvolvimento e Estabilidade” no Brasil. **50 Anos do BNDES**, ago., Rio de Janeiro, 2002.

KEYNES, J. M. **A treatise on money**. London: Macmillan, 1971. 2 v

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money** Macmillan, 1973.

KEYNES, M. J. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MYNSKY, H. P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven, CT: Yale University Press, 1986.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas**. São Paulo: Zahar, 1972.

PERROUX, F. O Conceito de Pólos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (cap. 5).

Prodanov, Cleber Cristiano; Ernani, Cesarde Freitas. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2°.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUARESMA JUNIOR, Hélio de Souza; ALENCAR, Douglas Alcântara; ANDRADE, Wanderlino Demétrio Castro de. Preferência pela liquidez dos bancos no Brasil e crise: uma análise dos determinantes da oferta de crédito. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 16, n. 2, São Paulo-SP, p. 75-96, JUL./DEZ. 2019.

RODRIGUES, W. B. **Desigualdades na concessão de crédito em uma mesorregião do estado de São Paulo: preferência pela liquidez e polos de crescimento**. Monografia (Graduação em Administração) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

ROMERO, J. P. **Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional: o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro brasileiro (2001-2006)**. In Anais do Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, ENEP, 2007.

ROMERO, J. P. **Os impactos do crédito no desenvolvimento regional: uma análise dos diferentes tipos de bancos que integram o sistema financeiro brasileiro (2001-2006)**. UFMG, 2006.

ROMERO, J. P.; JAYME JUNIOR, F. G. Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional: o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro brasileiro (2001-06). **Ensaio FEE**, v. 34, n. 1, jul., Porto Alegre, 2013, p. 253-286.

SILVA, Dalvanir Avelino; NELSON, Aline Virginia Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Ramos. Do desenvolvimento como crescimento econômico ao desenvolvimento como liberdade: a evolução de um conceito. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, jan./mar. 2018.

SILVÉRIO, L. S. **A relação da concessão de crédito pelos bancos e o desenvolvimento regional**. 2020. Monografia (Graduação em Administração) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.